



# AEPET

## NOTÍCIAS

Rio de Janeiro Ano XXXIX nº 350- Agosto / 2008

IMPRESSO ESPECIAL

CONT. Nº 9912179595

ECT/DR/RJ

AEPET



Informativo Oficial da Associação dos Engenheiros da Petrobrás

## GABRIELLI ENFRENTA DOIS LOBISTAS E SE SAI BEM

**A pressa do lobby das multinacionais para reabrir os leilões tem como objetivo aproveitar o atual marco regulatório, antes que seja revisto. Como muito bem lembrou o presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli, seria dar “bilhetes premiados” para as empresas privadas nacionais e estrangeiras nos leilões.**

**N**a avaliação do diretor de Comunicações da AEPET, Fernando Siqueira, o presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli se saiu muito bem durante recente audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), do Senado Federal. Gabrielli defendeu os interesses do País, notadamente a tese de mudança no marco regulatório do petróleo, enquanto o diretor-geral da ANP, Haroldo Lima, e o presidente da Repsol no Brasil, João Carlos de Luca, defenderam a manutenção da Lei 9478/97. Para Siqueira, os dois últimos atuaram “como lobistas dos leilões da ANP e dos interesses das multinacionais”. Na avaliação do senador Renato Casagrande (PSB-ES), a tese de mudança no marco regulatório “contou com o apoio declarado de maioria dos senadores que participaram da audiência pública”.

### Como entender os lobistas?

O João Carlos de Luca, por exemplo, preside o IBP (Instituto Brasileiro do Petróleo), que funciona, na verdade, como um instituto de lobby dos interesses das multinacionais Repsol, Shell, Exxon, entre outras.

A Repsol era uma estatal espanhola que passou a pertencer ao grupo privado Santander. Este banco, por sua vez, pertence ao Scotland National Bank Corporation, ou seja, é capital anglo-saxônico. O presidente do IBP parece atuar como lobista das referidas oligarquias estrangeiras no Brasil. E no Rio de Janeiro, ele exerce forte influência na FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro).

A AEPET já denunciou, em diversas oportunidades, que a Repsol foi a empresa que prejudicou a Petrobrás na troca de ativos na Refap. Segundo destacou Fernando Siqueira, a Petrobrás, nesse negócio com a Repsol, deveria ter aportado ativos de cerca de R\$ 500 milhões e acabou aportando mais de R\$ 2 bilhões. Já a Repsol, que deveria ter aportado igualmente R\$ 500 milhões, investiu apenas R\$ 170 milhões.

A Petrobrás declarou o prejuízo em seu balanço financeiro. Foi movida uma ação contra a troca de ativos, mas o presidente do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), Edson Vidigal, cassou a liminar. Ele alegou que a Repsol investiu muito na Refap. Siqueira ressaltou que o STJ não considerou a liminar que foi desrespeitada pela Repsol, que não havia investido nada no negócio. “O infrator [Repsol] acabou sendo beneficiado pela decisão do referido juiz. Perdeu, assim, mais uma vez o Brasil”, disse Siqueira.

Na Audiência Pública, no Senado Federal, João Carlos de Luca, em consonância ao discurso de outras multinacionais, manifestou que os contratos entre as petrolíferas devem ser mantidos. Siqueira avalia que João de Luca “sabe que é inviável, inaceitável, a atual condição do marco regulatório, por isto clama pela manutenção dos contratos. A descoberta do pré-sal veio evidenciar a incoerência existente na Lei 9478/97, que a AEPET vem denunciando há vários anos”.

A referida lei, no seu artigo 3º diz que as jazidas de petróleo (óleo e gás) pertencem à União. O artigo 21 da mesma lei reforça que o produto da lavra [petróleo extraído] é da União. No entanto, o artigo 26 dá posse do petróleo extraído às empresas concessionárias. “O artigo 26 é fruto do lobby estrangeiro. Assim, a Lei 9478/97 é uma incongruência consigo mesma e desrespeita o artigo 177 da Constituição Federal, que diz que o monopólio do petróleo é da União. Ou seja, a Lei 9478/97 é ilegal”, destacou Siqueira.

João de Luca sustentou que o atual sucesso do setor petrolífero brasileiro se deve



a esta lei. Siqueira rebate que tal afirmativa tem por objetivo esconder o verdadeiro protagonista do sucesso do setor petrolífero brasileiro: a Petrobrás e a instituição do monopólio estatal do petróleo, em 1953.

A Petrobrás, como sempre resalta a AEPET, foi quem investiu vultosos recursos em pesquisa em todas as áreas descobertas durante mais de 40 anos. Foi a estatal quem arcou com todos os riscos geológicos. Nesse sentido, Siqueira destacou que as empresas estrangeiras por não terem a tecnologia da estatal brasileira se associam a ela para se beneficiar deste conhecimento.

João de Luca disse aos senadores que, no mundo, existem contrato de concessão e contrato de partilha, bem como contrato de serviços. Sobre este último, disse não ser muito adotado nos diversos países, com exceção para os países onde não há atrativos de investimentos, dando como exemplo o México e o Irã. Siqueira lembrou que a Venezuela e a Líbia também têm contrato de serviços. O presidente da Repsol disse que o contrato de partilha causa problemas, pois sua adoção dará muito trabalho e que, entre outras coisas, exige a criação de uma estatal para gerenciar esses contratos.

**Continua na pág. 3**

### Editorial: Restabelecer os interesses nacionais.

O pré-sal precisa ser preservado e a participação da União na exploração e produção do petróleo deve ser elevada para 90% ou mais, sob pena do Brasil ficar inviabilizado como nação livre e soberana, além de ver agravada sua injustiça social.

(pág. 2)

### Preço da nafta para a indústria petroquímica.

Na solenidade de lançamento da Quattor, houve um pedido público de desconto do preço da nafta fornecida pela Petrobrás por parte da Unipar, repetindo o pleito que vem sendo formulado há tempos pela Braskem.

(pág. 4)

### Modecon debate a questão da Amazônia.

Uma entrevista do ex-comandante militar da Amazônia, o general Luiz Gonzaga Schroeder Lessa, concedida ao programa “Canal Livre”, da Rede Bandeirantes de Televisão, ajudou na discussão sobre o tema das reservas indígenas na Amazônia brasileira.

(pág. 4)



## RESTABELECER OS INTERESSES NACIONAIS

Mesmo diante da descoberta do pré-sal, o desempenho do diretor-geral da ANP, Haroldo Lima, em recente audiência pública no Senado Federal, é mais uma prova de que sua atuação parece ser a de "garoto propaganda" dos leilões do nosso petróleo pela ANP, em detrimento dos interesses do Brasil e dos brasileiros. E mais: tal fato, suficientemente grave, soma-se às recentes denúncias que a AEPET recebeu de importantes fontes, que, movidas pelo sentimento pátrio, denunciaram a multinacional norte-americana Halliburton, que através de sua subsidiária no País, a Landmark Digital and Consulting Solutions, está administrando, há 10 anos, informações estratégicas (banco de dados) na ANP. Não bastasse isto, a multinacional recebe, mensalmente, R\$ 600 mil. A referida empresa conseguiu colocar na Agência Reguladora um gerente seu que atuava em Angola, Nelson Narciso, como administrador do referido banco de dados, sendo ele quem seleciona as áreas promissoras descobertas pela Petrobrás, que vão a leilão. Ou seja, o País está em "maus lençóis", com sua soberania bastante debilitada no estratégico setor petrolífero. O diretor-geral da ANP mais parece uma "Rainha da Inglaterra" do que representante brasileiro em uma autarquia que deveria preservar pelos interesses nacionais. É necessário que, o mais rápido possível, sejam restabelecidos os interesses nacionais com a revisão da Lei 9478/97. O pré-sal precisa ser preservado e a participação da União na exploração e produção do petróleo deve ser elevada para 90% ou mais, sob pena do Brasil ficar inviabilizado como nação livre e soberana, além de ver agravada sua injustiça social.

## Expediente

**AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobrás**  
Tel.: 21 2533-1110 - Fax: 21 2533-2134  
Av. Nilo Peçanha, 50 /2409 - Centro/RJ

**Presidente:** Heitor Manoel Pereira

**Vice:** Diomedes Cesário da Silva

### Diretoria

**Comunicações:** Fernando L. Siqueira / **Vice:** Felipe C.C. Coutinho

**Administrativo:** Ruy da S. Gesteira / **Vice:** Roldão M. Fernandes

**Pessoal:** Pedro da Cunha Carvalho / **Vice:** Henrique Sotoma

**Cultural:** Silvio Sinedino / **Vice:** Ricardo Latgé M de Azevedo

**Jurídico:** Sydney Reis Santos / **Vice:** Roberto Cartaxo M. Rios

### Conselho Fiscal

**Efetivos:** Hamilcar Beviláqua Neto, Rubin Diehl Filho, Gilbert Prates

**Suplentes:** Clemente F. da Cruz, Roberto P. Coelho, Clovis C. Rossi

### Núcleos

**Aepet-Bahia:** Admilson Quintino Sales / **Aepet-BR:** Adalberto César P. Costa / **Aepet-Macaé:** José Carlos L. de Almeida / **Aepet-NS:** Solon Mauro S. Fagundes / **Aepet-SE/AL:** Rosivaldo R. Santos

### Delegados

**Juiz de Fora:** Murilo Marcatto / **Espírito Santo:** Paulo W. Magalhães - **S. José dos Campos:** Clemente F. da Cruz / **Curitiba:** Ernesto G. R. de Carvalho / **Pernambuco:** Adelman José Leão Brasil / **Brasília:** Velocino Tonietto

### Redação

**Jornalista Responsável:** José Carlos Moutinho (Mtb 24460)

**Reportagem:** José C. Moutinho / Julio César Lobo

**Fotografia:** Alessandra Bandeira

**Projeto Gráfico:** Marta P. Guimarães - magainter@globo.com

**Arte:** Alessandra Bandeira

**Diagramação:** Alessandra Bandeira

**Impressão:** Jornal do Commercio

**Tiragem:** 21 mil exemplares

**Correio Eletrônico:** aepet@aepet.org.br

Permitida a reprodução na íntegra ou em parte, desde que citada a fonte

# COLUNA DO ASSOCIADO

Pedro Carvalho - Dir. de Assuntos de Pessoal



## 1 – Plano UNNIAEPET



O prazo de isenção de carência para os filhos de associados(as) que não puderem mais usar a AMS terminou em 20/07 último. Entretanto, a AEPET está em negociação com a Vectorial - Unimed para obter uma prorrogação dessa isenção de carência.

## 2 – Ações Jurídicas

A AEPET continua coordenando a entrada de ações judiciais em defesa dos direitos dos seus associados junto à Petrobrás e à Petros. Estão sendo executadas as seguintes ações:

a) Ação contra a homologação do acordo de obrigações recíprocas (AOR) que a FUP, Petrobrás e Petros tentam realizar com grande prejuízo para os participantes do fundo Petros (repectuantes e não-repectuantes). Esta é uma ação cautelar.

b) Ação de níveis: Esta ação busca a recepção dos aumentos dados pela Petrobrás ao pessoal ativo e não dado aos aposentados nos acordos (ACTs) de 2004/2005, 2005/2006 e 2006/2007. Diversas ações similares obtiveram decisão favorável no TST e é importante que quem ainda não entrou procure fazê-lo com presteza.

## 3 – Desrepectuação

A AEPET está recebendo uma verdadeira enxurrada de consultas e pedidos de participantes arrependidos que desejam anular sua respectuação do Plano Petros. A AEPET já tem advogados à disposição para orientar e iniciar as ações pertinentes. Segundo fomos informados outras associa-

ções estão recebendo o mesmo tipo de consulta, o que mostra que as promessas da FUP não estão sendo cumpridas.

## 4 – Plano UTI móvel domiciliar:



A AEPET tem convênio com o sistema de atendimento domiciliar da UTI VIDA para atender a urgências e emergências médicas. Com uma pequena taxa mensal o associado pode incluir seus familiares no plano da UTI VIDA para esses tipos de ocorrências médicas.

## 5 – Novos Associados:

Se você ainda não é sócio da AEPET, venha se associar e fazê-la cada vez mais forte. Basta ter **qualquer curso de nível superior** e trabalhar ou ter trabalhado (aposentado) em qualquer empresa do sistema Petrobrás. Associe-se e usufrua dos benefícios que criamos para você e seus familiares.

## 6 – AMA:



AMA é o Plano de Assistência médica criada pela AEPET que oferece serviços de profissionais médicos, dentistas, psicólogos, laboratórios e outros exames. As cobranças são feitas conforme a tabela empregada pela A.M.S. da Petrobrás (tabela AMB/

CIEFAS-1996 ou pela tabela CBHPM. Ou seja, o associado paga pelo serviço no próprio consultório.

Pode participar, além do sócios, qualquer pessoa que o sócio indique. Basta preencher a ficha de inscrição com os dados dos dependentes. Não há limitação nem quanto ao número nem quanto a idade das pessoas a serem inscritas.

## 7 – Passeios



A MW Lobo Mauro realiza excursões e passeios turísticos, com desconto, para os associados e seus familiares. Excursões de curta duração têm desconto de 10%. Já, para os pacotes nacionais e internacionais com maior duração, o desconto é de 5%. Os sócios poderão receber a programação mensal em suas residências, basta fazer o registro junto a MW Lobo Mauro pelos telefones 2552-9169/ 2553-4370 com Antônio Mauro Lobo.

## 8 - Seguro Automóvel:



A AEPET tem convênio com a Canadá Assist para estudo e apresentação de propostas para seguro de automóveis. Ela representa as principais seguradoras do país e pode apresentar diversas opções, de modo a conseguir a melhor alternativa de seguro para o interessado.

Para mais informações acesse: [www.aepet.org.br](http://www.aepet.org.br) ou telefone para AEPET: 21 2533-1110 falar com Margareth ou Ivana



No entanto, o presidente da Repsol-Brasil disse que o México está revendo sua legislação. Siqueira destacou: "A Repsol está fazendo uma pressão enorme em cima do Governo do México. O argumento usado por João de Luca de que os mexicanos que estiveram no Brasil ficaram impressionados com o marco regulatório brasileiro e do contrato da Petrobrás é uma tremenda falácia que eu desmenti lá no México. A situação, hoje, da Petrobrás é muito pior que a anterior. Expliquei [no México] que a União Federal brasileira recebe uma migalha, em relação ao resto do mundo. Nesse sentido, os mexicanos não têm porque copiar o exemplo brasileiro. Os brasileiros é que devem se mirar no exemplo mexicano". Em recente consulta, 1,5 milhões de mexicanos (84%) querem manter a Pemex como empresa estatal.

Siqueira ressaltou que João de Luca comete "uma inverdade", pois o Governo Federal pode fazer contratos de partilha, tendo em vista que a Constituição [artigo 177, parágrafo primeiro] diz: "A União poderá contratar com empresas estatais ou privadas a realização das atividades previstas nos incisos I a IV", entre eles, a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro. Ou seja, a União poderá contratar, mas não é obrigada.

### **Aumentar a participação do Governo Federal no setor petrolífero**

Num ponto João de Luca teve razão: a participação do governo precisa aumentar. Enquanto no mundo, a participação especial dos países exportadores é de 84% do produto da lavra, no Brasil esta participação é de 0 a 40%, apenas, pelo que está definido no Decreto 2705. "Com a descoberta do pré-sal ficou muito evidente o absurdo do marco regulatório criado por FHC. Hoje, o país recebe menos da metade do que recebem os demais países. Não dá para aceitar isto, ainda mais se sabendo que não há mais riscos no pré-sal. É óleo já descoberto, de alta qualidade e em volume que coloca o Brasil como 4ª reserva mundial".

A pressa do lobby das multinacionais para reabrir os leilões tem como objetivo aproveitar o atual marco regulatório, antes que seja revisto. Como muito bem lembrou o presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli, seria dar "bilhetes premiados" para as empresas privadas nacio-

nais e estrangeiras nos leilões.

O diretor-geral da ANP Haroldo Lima, em sua exposição, disse: "Eu chamo atenção de vocês para esta expressão que coloquei entre aspas, que não é minha, 'os modernos contratos de concessão, que até então, como eu tinha falado, existiam no Brasil, mas eram contratos onde o contratante, que era o Estado, entrava com absoluta desvantagem, ou seja, se o contrato descobrisse alguma coisa e produzisse muito não tinha importância, pois o que cabia aos contratantes era a mesma coisa". Nesse sentido, como destacou Siqueira, o diretor-geral da ANP faz uma enorme confusão entre contrato de concessão e contrato de risco. "O que existia era contrato de risco, que não era para produção, era para exploração. O diretor-geral da ANP mostra um profundo desconhecimento do setor petrolífero nacional".

"A maior bobagem de todas emitidas por Haroldo Lima, quando fazia a sua defesa: ele dizia: 'Eu queria chamar atenção sobre a evolução da exploração de petróleo no Brasil, comparando com os EUA'. (...) 'A área sedimentar brasileira é semelhante à dos EUA'.

"A bacia sedimentar brasileira não tem nada a ver com a dos EUA", destacou Siqueira. Haroldo Lima disse, ainda: "A nossa média é de 54 poços pioneiros por ano. Enquanto nós estamos aqui [aponta o diretor-geral da ANP para o gráfico] o nosso recorde foi de 127 poços, em 1982. Os EUA chegaram a furar 14 mil poços nesse mesmo período. (...) Agora que eles [EUA] estão lá embaixo, eles estão com 2 a 3 mil e alguma coisa... e nós estamos aqui com um número muito pequeno...".

Tal argumentação do diretor-geral Haroldo Lima, segundo Siqueira, "é uma bobagem incommensurável. Primeiro, nos EUA, que são concessões privadas, as empresas furam para todo lado. Segundo, não basta furar inúmeros poços; é preciso atingir o objetivo essencial: encontrar petróleo. Não adianta furar igual a um maluco sem ter petróleo. Enquanto os EUA estavam furando 14 mil poços, a Petrobrás estava encontrando o pré-sal, e achou. A estatal brasileira usou estudos de sísmicas de três e quatro dimensões. Após 30 anos de estudos encontrou o pré-sal. E mais: só furou quando tinha certeza. O primeiro poço da citada região significou um investimento de US\$ 260 milhões. Agora, depois da experiência adquirida, um poço está custando US\$ 50 a US\$ 60 mi-

lhões, por poço".

Para insistir na defesa do atual marco regulatório, Haroldo Lima disse que "os royalties cresceram assustadoramente". Gabrielli desmontou tal afirmação ao explicar que, em 1998, o petróleo custava US\$ 20 por barril e hoje custa US\$ 140. Logo, os royalties cresceram devido à elevação dos preços do barril de petróleo. O executivo mostrou, ainda, que a estatal investiu muito em pesquisa, e na maioria das vezes, sozinha e está com índice de sucesso cada vez maior, se destacando entre as maiores empresas petrolíferas do mundo.

Haroldo Lima defendeu a retomada da 8ª Rodada de Licitações – que tem 10 blocos na borda do pré-sal – sem levar em consideração que, segundo destacou Siqueira, a atual tecnologia permite que uma empresa concessionária avence 10 km sobre um outro bloco naquela região.

O diretor-geral da ANP disse que é possível o país atingir um índice de recuperação de petróleo de 35%, em determinado poço, "coisa que nunca houve no Brasil". Mas, para Siqueira, Lima demonstrou outro desconhecimento, pois "o Brasil tem poços que podem atingir até 60% de recuperação. Então, ele dizer que no Brasil nunca se atingiu 35% de recuperação é mentira". Neste último caso, Siqueira explicou que são reservatório dotados de muita permeabilidade. Além desse limite [60%], em determinados poços, há a necessidade de se injetar muita água, o que torna o poço cada vez mais caro.

Ao final de sua exposição, Haroldo Lima voltou a defender a manutenção do atual marco regulatório, a exemplo do presidente da Repsol, João Carlos de Luca, e demais empresas multinacionais. Ele defendeu, ainda, a introdução, no pré-sal, do contrato de partilha de produção e a mudança no Decreto 2705, que estabelece a participação especial do Governo Federal de 0 a 40% [exploração em águas profundas]. "Nesse ponto [elevação de participação do governo] ele reconheceu o absurdo estabelecido pelo Decreto 2705. Isso não tem defesa. Mas, como João de Luca, Lima fez a mesma defesa para que o atual marco permaneça intacto".

"A Petrobrás, que foi quem pesquisou e descobriu todas áreas petrolíferas, na produção de petróleo, paga Imposto de Renda, contribuição sobre o lucro líquido e ainda arca com o pagamento de participação especial ao

Governo Federal. Já as multinacionais não fazem nada disto. Exportam nosso petróleo e são isentas de Imposto de Renda, favorecidas pela Lei Kandir. Logo, o ganho do povo brasileiro é muito pequeno", destacou Siqueira.

O presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli, disse aos senadores que, com a descoberta do pré-sal, o País atingiu um baixíssimo risco exploratório e um alto potencial de produção, devido a grande quantidade de óleo na região. "Leiloar estes blocos é entregar bilhetes premiados", disse Gabrielli.

O ponto fundamental, na avaliação de Siqueira, é que o Gabrielli defende a mudança no marco regulatório, pois reconhece que os contratos, como hoje estão estabelecidos, facilitam muito as empresas estrangeiras, em detrimento da Petrobrás e do País. Só no primeiro poço de Tupi, a estatal gastou US\$ 260 milhões, o que comprova o alto investimento em pesquisa devido ao alto índice de riscos nos momentos pioneiros.

Gabrielli chamou a atenção dos senadores para o fato de que a franja do pré-sal é o próprio pré-sal, devido a avançada tecnologia de hoje. Ele defendeu a adoção do contrato de partilha, onde a União fique com a parcela maior e que as empresas concessionárias sejam pagas em espécie ou em petróleo.

Para o diretor de Comunicações da AEPET, Fernando Siqueira, o presidente da Petrobrás demonstrou lucidez e patriotismo na defesa da Petrobrás e da soberania do País sobre o seu petróleo. "A defesa do Gabrielli está bastante próxima do que a AEPET defende: aumento da participação especial do Governo Federal, mudança do marco regulatório. Acrescento, ainda, que o governo precisa recomprar (repatriar) as ações da estatal que foram vendidas em Nova Iorque e entregar o pré-sal para total administração da Petrobrás, enquanto representante da União".

Para Siqueira, "a proposta dos lobistas de criar uma nova estatal para administrar o pré-sal desvia o foco principal da discussão, pois a União, que é a proprietária do petróleo no subsolo nacional, conforme determina o artigo 177 da Constituição Federal, pode contratar diretamente na modalidade de contrato de serviços ou partilha de produção. Mas em ambos os casos, a União continua proprietária do petróleo, não necessitando concorrência nem a criação de nova estatal para gerir o energético. A estatal que sugerem criar tem o objetivo de administrar os leilões, o que deixaria tudo como está".

**"Os royalties cresceram assustadoramente".  
(Haroldo Lima)**

**Gabrielli desmontou tal afirmação ao explicar que, em 1998, o petróleo custava US\$ 20 por barril e hoje custa US\$ 140. Logo, os royalties cresceram devido à elevação dos preços do barril de petróleo.**

**"A proposta dos lobistas de criar uma nova estatal para administrar o pré-sal desvia o foco principal da discussão, pois a União, que é a proprietária do petróleo no subsolo nacional, conforme determina o artigo 177 da Constituição Federal, pode contratar diretamente na modalidade de contrato de serviços ou partilha de produção. Mas em ambos os casos, a União continua proprietária do petróleo, não necessitando concorrência nem a criação de nova estatal para gerir o energético".  
(Fernando Siqueira)**

**"João de Luca comete uma inverdade, pois o Governo Federal pode fazer contratos de partilha, tendo em vista que a Constituição [artigo 177, parágrafo primeiro] diz: 'A União poderá contratar com empresas estatais ou privadas a realização das atividades previstas nos incisos I a IV', entre eles, a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro. Ou seja, a União poderá contratar, mas não é obrigada".  
(Fernando Siqueira)**





Se você acha que o barril de petróleo está caro, veja o levantamento feito pelo engenheiro Argemiro Pertence, ex-vice presidente da AEPET:

 Barril de Petróleo US\$ 130,00	 Barril de Coca Cola US\$ 126,00
 Barril de água Mineral Perrier US\$ 301,00	 Barril de Budweiser US\$ 447,00
 Barril de Jack Daniels US\$ 4.238,00	 Barril de Tabasco US\$ 6.156,00
 Barril de Perfume Chanel nº 5 US\$ 1.666.560,00	 Barril de nota impressora R\$ 994.000,00 ou US\$ 390.000,00 ou R\$ 1.100,00 (Brasil) ou R\$ 8.000,00

Ilustração: Alê Bandeira

## PREÇO DA NAFTA PARA A INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

Na solenidade de lançamento da Quattor, houve um pedido público de desconto do preço da nafta fornecida pela Petrobrás por parte da Unipar, repetindo o pleito que vem sendo formulado há tempos pela Braskem.

Agora o pleito é formulado em conjunto por todas as empresas que consomem nafta (Braskem, na Bahia e Rio Grande do Sul) e Quattor (em São Paulo).

O argumento utilizado é que a fórmula atual de reajuste, baseada no preço ARA (Amsterdam-Rotterdam-Antuerpia), está ultrapassada, afirmando que a Petrobrás, principal fornecedora dessa matéria-prima, está adaptando o seu parque de refino para um óleo mais pesado, que custa em média US\$ 16 a menos que o Brent, do Mar do Norte, mais leve. Com o refino, isso resulta em uns US\$ 100 a menos, 10% de redução sobre as atuais cotações, de US\$ 1 mil por tonelada. De longa data, o país importa nafta, pois as refinarias da Petrobrás não atendem à totalidade da demanda das centrais petroquímicas, hoje em torno de 10 milhões de toneladas por ano.

Criticar que a nafta referenciada ao preço ARA implica em considerar como

referencial um mercado importador de nafta, caso da Europa, não se sustenta, pois a oferta do produto é limitada em termos mundiais. Apenas uma pequena parcela da nafta produzida no mundo é colocada para comercialização no mercado internacional. A grande parcela refere-se à nafta produzida por refinarias e consumida em centrais petroquímicas de uma mesma empresa.

Tanto Braskem quanto Quattor reclamam que estão importando nafta mais barata.

Se for assim, por que não importam a totalidade de seus consumos?

A Petrobrás pratica, simplesmente, para o preço da nafta vendida no mercado brasileiro, o custo da oportunidade. Se a alternativa que as centrais têm em relação ao fornecedor nacional é a importação, então o fornecedor nacional pode praticar, internamente, o preço do produto no mercado internacional, devidamente internado.

Qualquer outra fórmula implicaria em prejuízo à Petrobrás e a seus acionistas. Se assim não fosse, surgiriam algumas questões: Porque oferecer a matéria prima com preços "abrasileirados" a empresas

que têm seus produtos com preços referenciados ao mercado internacional?

### Qual o benefício para a Petrobrás?

Essas empresas (Braskem e Quattor) repassariam essa vantagem a seus clientes?

Mesmo com as novas descobertas na área do pré-sal, que criam nova expectativa em relação ao aumento da oferta de matérias-primas para a indústria petroquímica, a regra da oportunidade permanece a mesma. Simplesmente porque o setor petroquímico é um setor privado com preços referenciados ao mercado internacional.

E com relação ao necessário incremento da oferta de produtos petroquímicos, a Petrobrás está dando um impressionante passo com a implantação do COMPERJ, complexo petroquímico que utilizará não a nafta como matéria prima, mas sim o petróleo Marlim, o qual entra na composição de custos ao seu preço de oportunidade, pois, para a Petrobrás, a alternativa econômica ao seu uso seria a exportação.

Afirmar que o mercado dessa matéria-prima brasileiro vive uma mudança, passando de importador para uma posição de futuro

exportador líquido não ajuda no convencimento da necessidade de mudanças na precificação da nafta. Enquanto for importador, as regras serão de uma forma. Quando passar a exportar, busquem-se outras melhores. Mas melhores para todos, inclusive para a Petrobrás.

A Petrobrás detém participação expressiva nas duas empresas, que seriam favorecidas com uma eventual decisão da estatal sobre a nafta, responsável por cerca de 80% do custo de produção da indústria petroquímica brasileira. De acordo com cálculos de especialistas, o preço da nafta apresentou, entre maio de 2007 e maio de 2008, alta de 14% em reais e 36% em dólares no mercado interno.

Por isso, os papéis das petroquímicas patinam na Bovespa, apesar de o processo de consolidação do setor ser um ponto favorável à competitividade das empresas em nível mundial.

Não se pode, ou pelo menos não se deve, transferir resultados de uma empresa (Petrobrás) para outras duas empresas (Braskem e Quattor) onde a primeira detém, respectivamente, 25% e 40% do capital social das outras duas.

## OUÇA



Ou escute o programa qualquer dia ou qualquer hora na página da AEPET:  
[www.aepet.org.br](http://www.aepet.org.br)

## ASSISTA



Assista ao programa Debate Brasil em sua cidade. Para saber os dias e horários de transmissão acesse [www.aepet.org.br](http://www.aepet.org.br)

Ou assista a qualquer hora o programa em seu computador na nossa página.

## MODECON DEBATE A QUESTÃO DA AMAZÔNIA

Júlio César Lobo

Uma entrevista do ex-comandante militar da Amazônia, o general Luiz Gonzaga Schroeder Lessa, concedida ao programa "Canal Livre", da Rede Bandeirantes de Televisão, ajudou na discussão sobre o tema das reservas indígenas na Amazônia brasileira. O debate, realizado na ABI (Associação Brasileira de Imprensa), no dia 14/7, foi bastante animado entre os participantes da mesa e o público presente ao encontro. A atividade faz parte da reunião semanal do Modecon (Movimento de Defesa da Economia Nacional). Foram discutidos assuntos relativos às reservas indígenas brasileiras, que têm tido grande repercussão na sociedade brasileira e no mundo.

A entrevista do general Lessa mostrou a preocupação dos militares das Forças Armadas com o atual quadro de vulnerabilidade da região Amazônica. Segundo o General Lessa, existe um projeto internacional para criar estados independentes na Amazônia com o beneplácito da ONU, que aprovou uma resolução que dá status de soberania a uma série de populações da região e que foi assinada pelo Brasil em 2007, recebendo críticas de vários setores da sociedade brasileira, inclusive a militar. "A proliferação de ONGs estrangeiras em todo território amazônico é um problema para a soberania nacional porque em 2000 existiam cerca de 20 mil destas entidades registradas em nosso país e no ano passado subi-

ram para 220 mil, que estudam, tanto as populações indígenas como a biodiversidade da região, e que detêm 40% do total existente no mundo", ressaltou o militar. Para ele, a aprovação da resolução pelas Nações Unidas pode criar um impasse para o governo ao lidar com a demarcação de várias reservas indígenas em toda a Amazônia, não somente a polêmica Raposa Serra do Sol, que faz divisa com vários países vizinhos fronteiriços ao Brasil.

Depois da apresentação do vídeo com a entrevista do ex-Comandante Militar da Amazônia, General Lessa, foi aberto um debate sobre a questão da soberania brasileira. O engenheiro Ricardo Maranhão disse: "Quero registrar o

meu louvor com as ações da Polícia Federal ao prender parte da elite corrupta que retira bilhões de reais que poderiam ser investidos na educação, na saúde e na reforma agrária, recursos que são desviados para contas milionárias no Brasil e no exterior – aplicações que não pagam impostos de nenhum tipo no país. É preciso que a lei seja cumprida em todos os locais do nosso país e com punições para todas as camadas sociais que a descumprirem e é preciso acabar com essa balela de que no Brasil só vai para a cadeia o pobre e favelado; mas agora as coisas estão mudando e a Polícia Federal está cumprindo o seu papel de fazer um pouco de justiça em um país tão desigual socialmente".

